



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARAPORÃ

PODER EXECUTIVO

Ano: 10 / Edição: 2134

Araporã – MG, 13 de Outubro de 2026.



Página 1 de 6

MUNICÍPIO DE ARAPORÃ
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI N. 1600/2026-L

"DISPÕE SOBRE O REGIME DE ADIANTAMENTO DE NUMERÁRIO PARA DESPESAS DE PRONTO PAGAMENTO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO

A Câmara Municipal de Araporã, Estado de Minas Gerais, no interesse superior e predominante do Município, APROVA, e eu na condição de Prefeito Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre o regime de adiantamento, as pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento no âmbito do Poder Legislativo do Município de Araporã-MG.

CAPÍTULO I DO REGIME DE ADIANTAMENTO

Art. 2º O regime de adiantamento consiste na entrega de numerário a servidor, precedida de empenho, para realizar despesas com pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento efetuadas em regime de suprimento de fundos.

Art. 3º O regime de execução de que trata este instrumento visa evitar a perda de atividade administrativa e também garantir a eficiência e eficácia do serviço público, razão pela qual deverá observar os princípios da contratação mais vantajosa e da economicidade no dispêndio de recursos financeiros públicos.

Art. 4º As despesas de pronto pagamento não poderão ultrapassar o valor estabelecido no § 2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021, sendo vedado o fracionamento de despesa de forma a adequar-se aos limites estabelecidos neste Ato.

§ 1º O valor previsto no caput acompanhará a atualização realizada pelo Governo Federal anualmente, nos termos do art. 182 da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Para fins de apuração do valor anual, devem ser considerados todos os desembolsos realizados até o fim do exercício fiscal para despesas da mesma natureza, assim entendidas as contratações no mesmo ramo de atividade e parâmetros de serem agrupados ante sua similaridade de gênero praticada no mercado.

Art. 5º O valor para cada procedimento fica limitado à disponibilidade orçamentária



Página 2 de 6

MUNICÍPIO DE ARAPORÃ
ESTADO DE MINAS GERAIS

decorrente da Lei Orçamentária Anual, sem prejuízo da observância dos procedimentos previstos para licitação ou seu adiantamento.

Art. 6º Os adiantamentos serão efetuados em nome e sob a responsabilidade de servidor, com prazo de aplicação não superior a 60 (sessenta) dias e dentro do mesmo exercício.

Art. 7º Não serão concedidos recursos financeiros a título de adiantamento:

- I - a responsável por dois adiantamentos;
- II - a servidor responsável pela guarda ou utilização do material a adquirir, salvo se não houver outro servidor para tal fim;
- III - para despesas maiores do que as quantias adiantadas;
- IV - a responsável que:
 - a) deixar de prestar contas nos prazos estabelecidos;
 - b) aplicar os recursos em desacordo com a legislação em vigor;
 - c) tiver causado dano ou prejuízo ao erário;
 - d) tiver praticado atos ilegais, ilegítimos ou antieconômicos;
 - e) dentro do prazo fixado, tiver deixado de atender à notificação de órgão do controle interno ou do Tribunal de Contas para regularizar a prestação de contas;
 - V - se houver conflito com o fornecimento de diárias para a mesma finalidade.

CAPÍTULO II DAS DESPESAS

Art. 8º O adiantamento poderá ser concedido para realização de despesas com pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento, eventuais e não rotineiros, com necessidade de atendimento imediato, que por suas características, natureza ou urgência inviabilizam a realização de planejamento, processo licitatório ou contratação direta.

§ 1º Consideram-se neste instrumento as seguintes despesas:

- I - prestação de serviços, incluindo viagem, rede elétrica, rede lógica, hidráulica, gás, chuveiro, e todos os materiais e insumos necessários;
- II - gêneros alimentícios, de limpeza e higiene, para uso e consumo próximo ou imediato, eventuais e não previstos, exceto para composição ou reposição de estoque;
- III - peças de reposição para máquinas e equipamentos;
- IV - outras despesas de pequeno vulto, específicas, eventuais e de necessidade imediata, incluindo itens de homenagem póstuma a autoridades e pessoas ilustres no âmbito do município (coroas de flores).

Art. 9º São vedadas no regime de adiantamento as despesas com:

- I - obras e serviços de arquitetura e engenharia;
- II - aquisição de materiais para reposição de estoque;



Página 3 de 6

MUNICÍPIO DE ARAPORÃ
ESTADO DE MINAS GERAIS

- III - alienações e concessões de direito real de uso de bens;
- IV - locações, concessões ou permissões de uso de bens públicos;
- V - contratações de serviços relacionados à tecnologia da informação e de comunicação.

CAPÍTULO III DAS PEQUENAS COMPRAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PRONTO PAGAMENTO

Art. 10. A realização de pequenas compras e prestações de serviços de pronto pagamento serão efetivadas através do regime de adiantamento.

Art. 11. O procedimento para a realização de pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento dentro dos adiantamentos ocorrerá mediante elaboração de Documento de Formalização de Demanda para cada despesa.

§ 1º A solicitação deverá conter:

- I - justificativa da necessidade de compra ou contratação, destacando a impossibilidade de submeter tal despesa ao processo normal de licitação;
 - II - identificação da destinação, como material de consumo, serviço de pessoa física ou serviço de pessoa jurídica, sendo que o adiantamento deverá atender somente a um destes itens;
 - III - justificativa e evidências para o preço contratado, nos termos do art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21.
- § 2º A solicitação deverá ser autorizada pela autoridade competente.
- § 3º O contrato será oral, considerando que o adiantamento já possui nota de empenho do adiantamento.
- § 4º O parecer jurídico é dispensável, nos termos do art. 53, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CAPÍTULO V DO PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DE ADIANTAMENTO

Art. 19. O processo administrativo de adiantamento contempla as seguintes etapas:

- I - formalização da Solicitação de Adiantamento;
- II - análise quanto a existência de impedimentos para o adiantamento pelo setor contábil;
- III - análise e aprovação pelo ordenador de despesas;
- IV - empenhamento e liquidação;
- V - pagamento e liberação de saldo;
- VI - aplicação dos recursos;



Página 4 de 6

MUNICÍPIO DE ARAPORÃ
ESTADO DE MINAS GERAIS

- VII - prestação de contas;
- VIII - devolução e simulação de saldos remanescentes;
- IX - análise da prestação de contas pelo órgão do controle interno;
- X - despacho final do ordenador de despesas, deferindo ou indeferindo com ressalvas;
- XI - conclusão do processo e arquivamento.

Art. 20. A Solicitação de Adiantamento deverá conter:

- I - a justificativa detalhada da necessidade do adiantamento;
- II - o valor do adiantamento solicitado;
- III - o prazo de utilização dos recursos;
- IV - o nome completo, matrícula e cargo ou função do servidor responsável pelo recebimento do adiantamento.

CAPÍTULO VI DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 21. A prestação de contas do adiantamento deverá ser realizada conforme as normas estabelecidas em regulamento.

Art. 22. O prazo para prestação de contas é de 10 (dez) dias úteis, a contar do prazo estipulado para a aplicação do adiantamento.

Parágrafo único. Em se tratando de encerramento de exercício, as prestações de contas dos adiantamentos devem ser apresentadas até o dia 10 de dezembro, salvo situações de emergência devidamente justificadas.

Art. 23. Após a utilização dos recursos e dentro do prazo legal, o servidor responsável deverá proceder à prestação de contas do adiantamento, nos termos estabelecidos nesta Lei e em regulamento específico.

Art. 24. A prestação de contas deverá ser realizada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- I - documentos de solicitação;
- II - balancete de prestação de contas;
- III - nota de empenho, nota de liquidação e nota de estorno de empenho, se houver;
- IV - documentos comprobatórios das despesas;
- VI - VII - comprovante de recolhimento do saldo não utilizado, se houver;
- VIII - relatório de utilização dos recursos.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARAPORÃ

PODER EXECUTIVO

Ano: 10 / Edição: 2134

Araporã – MG, 13 de Outubro de 2026.



MUNICÍPIO DE ARAPORÃ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Página 5 de 6

§ 1º O balancete de prestação de conta deve ser apresentado de forma organizada, contendo o número e data cronológica do documento, espécie de documento, nome ou razão social do fornecedor do produto ou serviço, valor individual de cada documento fiscal, saldo devolvido por falta de aplicação e soma das despesas realizadas.

§ 2º Os documentos comprobatórios das despesas realizadas devem ser dispostos em ordem cronológica, na mesma sequência da relação mencionada no inciso II, devendo ser colados e fotocopiados preferencialmente na mesma folha, com atestado de recebimento assinado pelo responsável.

Art. 25. Será admitido recibo ou outra espécie de comprovante apenas quando se tratar de prestação de serviços por contribuinte que não esteja obrigado a emitir documento fiscal, na forma da legislação tributária.

Parágrafo único. O recibo conterá, no mínimo, a descrição precisa e específica dos serviços prestados, o nome, o endereço, o número do documento de identidade e do CPF do emitente, o valor pago (numérico e por extenso) e a discriminação das deduções efetuadas, se for o caso.

Art. 26. Os comprovantes de despesa devem ser preenchidos com clareza e sem emendas, borrões, rasuras, acréscimos ou entrelinhas que possam comprometer a sua credibilidade.

Art. 27. Deverá se verificar o cumprimento integral das disposições desta normativa, com as exigências necessárias e prazos razoáveis para que os responsáveis possam cumpri-las.

CAPÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 28. A autoridade competente designará, mediante portaria, os servidores autorizados e responsáveis pela gestão de recursos entregues em regime de adiantamento.

Parágrafo único. A designação do servidor responsável pelo adiantamento recairá, preferencialmente, sobre servidor ocupante de cargo efetivo.

Art. 31. Aplica-se, em casos omissos, as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/21, bem como poderá ser editado Ato Administrativo da Mesa com vistas a regulamentar procedimento ou situação em específico.



MUNICÍPIO DE ARAPORÃ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Página 6 de 6

Art. 32. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araporã, 13 de outubro de 2026.

WILSON ROBERTO RIBEIRO
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE ARAPORÃ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Página 1 de 2

LEI N. 1601/2026-L

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO DIÁRIO
OFICIAL DO PODER LEGISLATIVO E
DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ARAPORÃ-MG, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 72, inciso III, da Lei Orgânica do Município.

FAÇO SABER que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Para se fazer cumprir o Princípio da Publicidade determinado pelo art. 37 da Constituição Federal, fica criado o Diário Oficial da Câmara Municipal de Araporã-MG, com a denominação de Diário Oficial do Legislativo, com publicação simultânea em formato eletrônico, através de provedor de internet banda larga de domínio público e sistema (software) de fácil acesso para o cidadão e os órgãos de controle externo.

Parágrafo Único - O Poder Legislativo poderá reproduzir de forma impressa o Diário Oficial do Legislativo, com publicação simultânea em eletrônico para atender as necessidades Administrativas do Poder Legislativo.

Art. 2º - A publicação do Diário Oficial do Poder Legislativo será feita através do endereço eletrônico <http://www.arapora.mg.br/loi>, para ser acessado através da rede mundial de computadores e para hospedar as informações de que se refere esta Lei.

Art. 3º - Os atos Jurídicos de efeitos Legislativo, Administrativo, Financeiros, Políticos e Constituintes do Poder Legislativo Municipal terão sua eficácia após a sua publicação no Diário Oficial, sendo dispensada a partir da publicação desta Lei a veiculação de matérias do interesse do Poder Legislativo no Diário Oficial do Poder Executivo Municipal.

Art. 5º - A Presidência do Poder Legislativo, designará Servidor Efetivo de Carreira do Poder Legislativo para encaminhar os documentos para a Publicação de que se refere o art. 3º, desta Lei, valendo a publicação como assinatura eletrônica e veracidade e autenticidade presumida dos atos publicados.

Art. 6º - É autorizada a Presidência da Câmara Municipal efetuar pagamento de gratificação de 40% ou outro tipo de bônus financeiro ao Servidor Efetivo designado para coordenar o que determina o § 2º do art. 4º, desta Lei.

Art. 7º - Os casos omissos que não impliquem em alteração dos termos desta Lei serão regulamentados por ato do Poder Legislativo.



MUNICÍPIO DE ARAPORÃ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Página 2 de 2

Art. 8º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei, correrão à das dotações orçamentárias do Poder Legislativo Municipal.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor quarenta e cinco dias após a data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araporã, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

WILSON ROBERTO RIBEIRO
Prefeito Municipal de Araporã/MG



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARAPORÃ

PODER EXECUTIVO

Ano: 10 / Edição: 2134

Araporã – MG, 13 de Outubro de 2026.



MUNICÍPIO DE ARAPORÃ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Página 1 de 2

LEI N. 1602/2026-L

"DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE
CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara Municipal de Araporã, Estado de Minas Gerais, no interesse superior e
predominante do Município, APROVA, e eu, na condição de Prefeito Municipal,
SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe de Poder Executivo autorizado, nos termos do Artigo 43, da Lei
Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, a abrir crédito adicional suplementar, no
orçamento de 2026, no valor de R\$ 106.000,00 (Cento e Seis Mil Reais), com a finalidade
de atender a suplementação da seguinte dotação que especifica:

Órgão: 01 – PODER LEGISLATIVO
Unidade: 01 – CÂMARA MUNICIPAL
Sub-Unidade: 00

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	FONTE DE RECURSO	VALOR R\$
006	01.031.0001.3.3.90.14.00	01.0500.0000.0000	60.000,00
012	01.031.0001.3.3.90.13.00	01.0500.0000.0000	26.000,00
019	01.031.0001.3.3.90.39.00	01.0500.0000.0000	20.000,00
TOTAL			106.000,00

Art. 2º - Para a cobertura total da abertura do crédito suplementar, serão
utilizadas dotações da Câmara Municipal, que especifica:

Órgão: 01 – PODER LEGISLATIVO
Unidade: 01 – CÂMARA MUNICIPAL
Sub-Unidade: 00

FICHA	DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA	FONTE DE RECURSO	VALOR R\$
016	01.031.0001.3.3.90.33.00	01.0500.0000.0000	46.000,00
018	01.031.0001.3.3.90.36.00	01.0500.0000.0000	60.000,00
TOTAL			106.000,00

Parágrafo único. A abertura do crédito de que trata este artigo far-se-á mediante
decreto do Poder Executivo, na forma do art. 42, da Lei Federal n. 4.320/1964.



MUNICÍPIO DE ARAPORÃ
ESTADO DE MINAS GERAIS

Página 2 de 2

Art. 3º. Os recursos necessários para a cobertura do crédito suplementar
autorizado nesta Lei serão obtidos mediante uma ou mais das seguintes fontes, nos
termos do art. 43 da Lei Federal n. 4.320/1964:

I – anulação parcial ou total de dotações orçamentárias;

II – excesso de arrecadação verificado em fonte compatível com a destinação da
despesa e/ou apuração de superávit financeiro referente ao balanço apurado do exercício
anterior;

III – outras fontes previstas na Lei Federal n. 4.320/1964 e na Lei Complementar
Federal n. 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Parágrafo único. A abertura do crédito suplementar, quando amparada pelo
inciso II, somente poderá ocorrer após demonstração contábil do excesso de arrecadação
e/ou apuração de superávit financeiro, na forma exigida pelo art. 43, §2º e §3º, da Lei
Federal n. 4.320/1964.

Art. 4º. Fica o Poder Executivo autorizado a fazer as alterações e inclusões necessárias
nas Leis do PPA, LDO e LOA vigentes.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições
em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araporã, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

WILSON ROBERTO RIBEIRO
Prefeito Municipal de Araporã/MG



MUNICÍPIO DE ARAPORÃ
ESTADO DE MINAS GERAIS

LEI N.º 1603/2026

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DA LEI
N.º 1122/2015-L, QUE ALTEROU A
DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA NO
MUNICÍPIO DE ARAPORÃ, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS".

A CÂMARA MUNICIPAL DE ARAPORÃ-MG, no uso da competência e atribuições que
lhe conferem as Constituições da República e do Estado de Minas Gerais, bem assim a Lei
Orgânica do Município, APROVOU e eu, na condição de PREFEITO MUNICIPAL,
SANCIONO a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º – Fica retificada a redação do artigo 1º da Lei nº 1122/2015-L, de 16 de setembro de
2015, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º – Passa a denominar Rua SEBASTIÃO ALEMAR TRINDADE a atual Rua
70, situada no Residencial Madri."

Art. 2º – Permanecem inalteradas as demais disposições da Lei nº 1122/2015-L.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araporã, 13 de outubro de 2026.

WILSON ROBERTO RIBEIRO
Prefeito Municipal



DECRETO N. 231/2026

Concede Aposentadoria Voluntária por
Tempo Integral a servidora REGINA
FERREIRA DA SILVA, e dá outras
providências.

O Prefeito do Município de Araporã, Estado de Minas Gerais, e o Diretor do IMPA no uso
de suas atribuições legais, nos termos do artigo 6º da Emenda Constitucional n. 41/2003 e artigo 27
da Lei Municipal n. 556/2005 de 18 de julho de 2005, que reformulou o Regime Próprio de
Previdência Social do Município de Araporã,

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária com proventos integrais a REGINA
FERREIRA DA SILVA, inscrita no CPF n. 556.XXX.XXX-00, matrícula n. 221, no cargo de
AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL.

COMPOSIÇÃO DOS PROVENTOS	VALOR
Última remuneração	2.395,13
Valor do Provento	2.395,13

Art. 2º - A aposentadoria enquadra-se no artigo 6º, da Emenda Constitucional n. 41/2003, e
artigo 27 da Lei Municipal n. 556/2005.

Art. 3º - O pagamento do benefício de Aposentadoria fica a cargo do Instituto Municipal de
Previdência de Araporã – IMPA, conforme a Lei Municipal n. 556/2005 e suas respectivas
alterações.

Art. 4º - O reajuste do benefício se dará conforme artigo 7º da Emenda Constitucional n.
41/2003 (PARIDADE).

Art. 5º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a
data de conclusão do Processo de Aposentadoria em 09/10/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araporã, aos 13 dias do mês outubro de 2026.

WILSON ROBERTO RIBEIRO
Prefeito Municipal

VINÍCIUS VON PINHO CAIXETA
Diretor do IMPA



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARAPORÃ

PODER EXECUTIVO

Ano: 10 / Edição: 2134

Araporã – MG, 13 de Outubro de 2026.



Página 1 de 2

DECRETO N° 232/2026

APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE PROPORCIONAL AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO DA SERVIDORA FRANCISCA EDINAR LIRA, E DAS OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O prefeito do Município de Araporã, Estado de Minas Gerais e o Diretor do IMPA, no uso de suas atribuições legais, nos termos do artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, combinado com artigo 23, da Lei Municipal n. 556/2005 de 18 de julho de 2005, que reformulou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Araporã,

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida aposentadoria voluntária com proventos proporcionais a FRANCISCA EDINAR LIRA, Registro Geral - CPF n. 473.XXX.XXX-53, matrícula n. 4076, no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, sendo que o provento terá a seguinte discriminação:

COMPOSIÇÃO DOS PROVENTOS	VALOR
Última remuneração	R\$ 2.651,97
Média aritmética dos salários de contribuição	R\$ 1.744,73
Valor do provento (proporcional média 3658/10950*1744,73)	R\$ 582,85
Complemento Constitucional	R\$ 1.038,15
Valor do Provento	R\$ 1.621,00

Art. 2º - A aposentadoria enquadra-se no artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b" da Constituição Federal, com redação dada pelas Emendas Constitucionais 20/98 e 41/03 combinado com o artigo 23 de Lei Complementar Municipal 556/2005, sendo que o reajuste



Página 2 de 2

do provento será feito conforme o § 8º do artigo 40 da Constituição Federal, ou seja, reajustado de modo a preservar-lhe o valor real.

Art. 3º - O pagamento do benefício de Aposentadoria fica cargo do Instituto Municipal de Previdência de Araporã – IMPA, conforme a Lei Municipal n. 556/2005 e suas respectivas alterações.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data da conclusão do processo aposentadoria em 09/10/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araporã/MG, aos 13 dias do mês de Outubro de 2026.

WILSON ROBERTO RIBEIRO
Prefeito Municipal

VINICIUS VON PINHO CAIXETA
Diretor do IMPA



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORÃ-MG
RUA JOSÉ INACIO FERREIRA N° 58, CENTRO - ARAPORÃ/MG - 38.465-000
TEL.: (34) 3284-9500 - www.arapora.mg.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORÃ AVISO DE DISPENSA POR CHAMADA PÚBLICA N°. 001/2026

PERÍODO DE RECEBIMENTO DOS PROJETOS DE VENDA: Até 05 de NOVEMBRO de 2026, conforme a Lei Federal nº 11.326/2006, o § 1º do art. 14 da Lei nº 11.947/2009, Resoluções CD/FNDE nº 06/2020, alterada pela Resolução CD/FNDE nº 20/2020 e Resolução CD/FNDE nº 21/2021 e a Nota Técnica SEE nº 001/2021.

DATA DE ABERTURA DA SESSÃO: 05/11/2026, às 9h (nove horas).

OBJETO: Aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, para atendimento ao programa nacional de Alimentação Escolar/PNAE.

INFORMAÇÕES SOLICITAÇÕES:

- Divisão de Compras e Licitações (das 7h às 11h e das 13h às 17h)

Rua José Inácio Ferreira, n.55 – Centro – Tel.: 34-3284-9516

- Site oficial do Município (24h)

www.arapora.mg.gov.br

Araporã/MG, 13 de outubro de 2026.

(original assinado)

SAMARA ALVES DE FREITAS
Presidente da Comissão de Contratação



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORÃ-MG
RUA JOSÉ INACIO FERREIRA N° 58, CENTRO - ARAPORÃ/MG - 38.465-000
TEL.: (34) 3284-9500 - www.arapora.mg.gov.br

ATO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N°. 008/2026

"Dispõe sobre a declaração de inexigibilidade de licitação para contratação de prestação de serviços de show artístico no Município de Araporã/MG".

A SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO, CULTURA E TURISMO DE ARAPORÃ, ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas e,

CONSIDERANDO que a Secretaria realizará o evento denominado Marcha para Jesus, manifestação cultural de grande expressividade para a população local e regional, sendo necessária a contratação de show artístico para a realização do mesmo;

CONSIDERANDO o disposto no Art. 74, II da Lei nº. 14.133/2021;

Acolhendo parecer da Comissão de Licitação e da Douta Assessoria Jurídica, favoráveis a inexigibilidade de licitação para contratação do show artístico.

RESOLVE

I - DECLARAR INEXIGÍVEL a realização do procedimento licitatório, e, RATIFICAR integralmente o processo de inexigibilidade de licitação que versa sobre a contratação de prestação de serviços de show artístico do cantor Marcus Salles, durante a realização do evento Marcha para Jesus, na cidade de Araporã/MG, em atendimento a solicitação da Secretaria Municipal de Comunicação, Cultura e Turismo, a ser efetuada com a empresa LL VILAS EVENTOS LTDA., regularmente inscrita no CNPJ sob nº. 27.673.878/0001-44, com sede na Quadra Arnel2, Alameda 2, s/nº, Lote 04, Sala 901, Edif. Palmas Business Cent., Plano Diretor Norte, CEP: 77.006-054, na cidade de Palmas/TO, no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

II - Determinar a lavratura do competente contrato ou instrumento equivalente.

Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Araporã/MG, aos 13 dias do mês de outubro de 2026.

WILLIAM LOPES DE MORAES
Secretário Municipal de Comunicação, Cultura e Turismo

Rua José Inácio Ferreira, 58 – CEP 38.465-000 – Fone: (34) 3284-9500 - www.arapora.mg.gov.br



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARAPORÃ

PODER EXECUTIVO

Ano: 10 / Edição: 2134

Araporã – MG, 13 de Outubro de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORÃ-MG
RUA JOSÉ INÁCIO FERREIRA N° 58, CENTRO - ARAPORÃ/MG - 38.465-000
TEL.: (34) 3284-9500 - WWW.ARAPORã.MG.GOV.BR

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 156/2025

Processo de Adesão 006/2025
Ata de Registro de Preços n°. SRP 002/2024
Pregão Eletrônico n°. 002/2024
Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPORÃ - MG
Contratado: IBITURUNA COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA.
Objeto: acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento) na quantidade de Aquisição de medicamentos injetáveis de controle especial SIMILARES "A a Z" embalagem HOSPITALAR, constantes do BANCO DE PREÇOS DESENVOLVIDO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCMG).
Data do aditivo: 29/09/2026
Dotação Orçamentária:
02.09.01.2.0064.10.302.0063.3.3.90.30.00.00 FICHA 373 Fonte 01.0500.0000.0002
02.09.01.2.0064.10.302.0063.3.3.90.30.00.00 FICHA 373 Fonte 01.0600.0000.0000
Valor do acréscimo: R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Fundamento Legal: O presente termo aditivo está fundamentado art. 124, I, b c/c art. 125 da Lei 14.133/2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORã-MG
RUA JOSÉ INÁCIO FERREIRA N° 58, CENTRO - ARAPORã/MG - 38.465-000
TEL.: (34) 3284-9500 - WWW.ARAPORã.MG.GOV.BR

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 080/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORã/MG
CONTRATADA: TECNO SINALIZAÇÃO LTDA.
PROCESSO: 076/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO: 046/2026
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO HORIZONTAL E VERTICAL NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE ARAPORã-MG, mediante fornecimento e instalação de tachinhas, tachões e placas de sinalização, e pintura de sinalização viária horizontal com fornecimento de material.
Valor global registrado: R\$ 490.755,00 (quatrocentos e noventa mil e setecentos e cinquenta e cinco reais).
Data da ARP: 09/10/2026
Prazo de Vigência: A validade da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, ou por outros meios, conforme regulamentação municipal, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a ausência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
Fundamentação Legal: Nos termos da Lei n°. 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n°. 5268, de 05 de junho de 2023, Decreto Municipal n°. 164 de 06 de maio de 2025, Lei Complementar n°. 123 de 15 de jan. de 2007 e alterações posteriores e demais normas pertinentes à espécie.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORã-MG
RUA JOSÉ INÁCIO FERREIRA N° 58, CENTRO - ARAPORã/MG - 38.465-000
TEL.: (34) 3284-9500 - WWW.ARAPORã.MG.GOV.BR

EXTRATO DO 7º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 140/2022

Contratante: MUNICÍPIO DE ARAPORã - MG
Contratado: ALGAR TELECOM S.A.
Processo Licitatório: 070/2022 - Pregão Presencial: 027/2022
Objeto: Acréscimo quantitativo que consiste na inclusão dos itens 13, 14 e 15 e ampliação quantitativa do item 02, o que equivale a 5,32% (cinco vírgula trinta e dois por cento), representando R\$ 4.623,72 (quatro mil, seiscentos e vinte e três reais, setenta e dois centavos), do valor do contrato.
Data do aditivo: 02/10/2026
Dotações Orçamentárias:
02.04.04.2.0806.04.122.0064.3.3.90.39.00.00 - 214 - 01.0500.0000.0000
05.05.01.2.0098.12.122.0031.3.3.90.39.00.00 - 225 - 01.0500.0000.0001
02.09.01.2.0059.10.122.0023.3.3.90.39.00.00 - 348 - 01.0500.0000.0002
02.13.01.2.0250.27.812.0041.3.3.90.39.00.00 - 492 - 01.0500.0000.0000
Fundamento Legal: A presente alteração contratual tem fundamento no art. 65, § 1º, da Lei Federal n° 8.666/1993.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORã-MG
RUA JOSÉ INÁCIO FERREIRA N° 58, CENTRO - ARAPORã/MG - 38.465-000
TEL.: (34) 3284-9500 - WWW.ARAPORã.MG.GOV.BR

EXTRATO DO CONTRATO N°. 166/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORã/MG
CONTRATADO: DANIEL JORGE DE LIMA
PROCESSO: 074/2026 - CREDENCIAMENTO: 003/2026
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para apresentações em projetos e eventos realizados ou apoiados pelo Município de Araporã-MG.

Item	Quant	Descrição	Valor
01	01	1.9 Banda ou grupo	R\$ 6.000,00

Valor global: R\$ 6.000,00 (seis mil reais).
Dotação orçamentária: 02.03.01.20014.04122.0010.3.3.90.36- FICHA 145
Prazo: O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados da assinatura deste Termo Contratual, na forma do artigo 105 da Lei n°. 14.133, de 2021.
Data contrato: 07/10/2026
Fundamentação Legal: Com fundamento no Processo n°. 074/2026 - Credenciamento n°. 003/2026, em observância às disposições da Lei n°. 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal n°. 177/2025, Decreto Municipal n°. 5268/2023, Decreto Municipal 3798 de 26 de maio de 2020, Lei Complementar n°. 123 de 14 de dezembro de 2006, Lei Complementar n°. 147 de 07 de agosto de 2014 e demais legislação aplicável.



DIÁRIO OFICIAL

MUNICÍPIO DE ARAPORÃ

PODER EXECUTIVO

Ano: 10 / Edição: 2134

Araporã – MG, 13 de Outubro de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORÃ-MG
RUA JOSÉ INÁCIO FERREIRA N° 58, CENTRO - ARAPORÃ/MG - 38.465-000
TEL.: (34) 3284-9500 - WWW.ARAPORAMG.GOV.BR

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N° 023/2025

Contratante: Município de Araporã (MG)

Contratado: **APMED LTDA**

Processo Licitatório: 018/2024

Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato de CREDENCIAMENTO n° 023/2025, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS e ou JURÍDICAS, para prestação de serviços profissionais e hospitalares na área da saúde em atendimento as necessidades do Hospital Municipal João Paulo II e demais unidades que compõem o SISTEMA DE SAÚDE do Município de Araporã/MG

Data: 09/10/2026.

Fundamento: Esta rescisão tem como base o inciso I do art. 138 da Lei n° 14.133/2021, decorre de decisão unilateral da Administração por razões de interesse público devidamente justificadas pela autoridade competente.

EXPEDIENTE

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

Edição e Publicação

Secretaria de Governo

Rua José Inácio Ferreira n° 58, Centro

Telefone: (34) 3284-9500

Edição: Raquel Luisa Reimann Vilela

Cópias do Diário Oficial do Município
podem ser conseguidas no portal da

Prefeitura de Araporã:

www.arapora.mg.gov.br



PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORÃ-MG
RUA JOSÉ INÁCIO FERREIRA N° 58, CENTRO - ARAPORÃ/MG - 38.465-000
TEL.: (34) 3284-9500 - WWW.ARAPORAMG.GOV.BR

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO N° 102/2022

Contratante: Município de Araporã (MG)

Contratado: **RADIOLOGISTAS ASSOCIADOS**

Processo Licitatório: 045/2022

Objeto: O presente termo tem por objeto a rescisão unilateral do Contrato de CREDENCIAMENTO n° 102/2022, cujo objeto é a contratação de prestação de serviço na área de saúde, para a seguinte função:

ESPECIALIDADE	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	LOCAL DE ATUAÇÃO	VALOR UNITÁRIO
69 RAIO X DIGITAL	Prestação de serviço especializado em raio x digital - emissão de laudo (com fornecimento de todos os materiais e mão de obra por conta do profissional devidamente habilitado)	HOSPITAL JOÃO PAULO II	RS 18.70 (valor por laudo)

Data: 09/10/2026.

Fundamento: Esta rescisão tem como base no artigo 79, I c/c 78, XII, da Lei Federal n° 8.666/1993, decorre de decisão unilateral da Administração por razões de interesse público devidamente justificadas pela autoridade competente.